



ATA NÚMERO TRÊS

Terceira Sessão Ordinária: 30/06/2026

Pelas 19h30 do dia 30 de junho de 2026, realizou-se, na sede da Junta de Freguesia de Repeses e São Salvador, sita na Avenida Luís Martins, n.º 178, em Repeses, a terceira sessão ordinária da Assembleia de Freguesia. -----

A sessão foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, **Hugo Alexandre Pereira Martins de Barros**, coadjuvado pela Senhora Primeira Secretária, **Catarina Isabel Peres Cândido**, e pelo Senhor Segundo Secretário, **Rodrigo Soares Martins**. -----

Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia: Senhora **Ana Brígida Miranda Vicente de Oliveira**, Senhora **Ana Paula de Jesus Ramos**, Senhor **Gonçalo Renato Pereira Rodrigues de Matos**, Senhor **José Carlos Rodrigues Ferreira Pinho**, Senhora **Lúcia Alexandra Rodrigues de Almeida**, Senhora **Marta Alexandre Pais**, Senhor **Paulo Jorge Gomes Martins da Fonseca** e o Senhor **Rui Pedro Ferreira Camões**. -----

Registaram-se as ausências da Senhora **Diana Patrícia Morgado Lopes** e do Senhor **Hélder Abraão Prazeres de Oliveira**. A Senhora Diana Patrícia Morgado Lopes foi substituída pela Senhora **Catarina Isabel Nunes Alexandre** -----

O Executivo da Junta de Freguesia esteve igualmente presente, representado pela Senhora Presidente, **Márcia Sofia Gomes de Lima**, pelo Senhor Tesoureiro, **Fernando Manuel Almeida Albuquerque Ferreira**, e pelas Senhoras Vogais, **Natália Maria Oliveira Soares e Albuquerque** e **Sílvia Maria Ribeiro de Oliveira**. -----

Após o registo de presenças dos membros da Assembleia e verificada a existência de quórum, o Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a terceira sessão pública e ordinária da Assembleia de Freguesia de Repeses e São Salvador. -----



O Senhor Presidente da Assembleia determinou que os trabalhos se iniciassem com a apreciação e votação da ata da segunda sessão ordinária, seguindo-se a análise dos restantes assuntos incluídos na ordem de trabalhos. -----

Ponto Um – Aprovação da Ata da Sessão Anterior. -----

Após a leitura de um excerto da ata, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à consideração dos membros a dispensa da leitura integral do documento, por este lhes ter sido previamente disponibilizado. A proposta foi aceite por unanimidade. -----

O Senhor **José Pinho** sugeriu que as atas sejam mais esclarecedoras para os leitores que não estiveram presentes na sessão. Como exemplo, referiu que a menção ao campo polidesportivo não identificava claramente o equipamento em causa, atendendo a que, durante a discussão, foram abordados 3 ou 4 espaços. O Senhor **Presidente da Assembleia** recordou que as atas devem ser o mais fidedignas possível ao que ocorreu na sessão, reconhecendo, contudo, a dificuldade em transcrever integralmente todas as intervenções. Nesse sentido, sugeriu aos membros que, após receberem a ata, comuniquem eventuais omissões ou inexatidões, para que estas possam ser corrigidas antes da sua aprovação. Por fim, agradeceu a observação efetuada. -----

A ata foi aprovada por unanimidade, com doze votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. -----

Deu-se, de seguida, início ao **Período Antes da Ordem do Dia**, tendo o Senhor Presidente da Assembleia concedido a palavra aos membros da Assembleia. –

O Senhor **Rui Camões** foi o primeiro membro a usar da palavra, manifestando dúvidas relativamente às informações prestadas pela Senhora Presidente da Junta, por considerar que eram muito semelhantes às apresentadas na sessão anterior. Questionou ainda o ponto de situação do edifício da Quinta Holandesa, nomeadamente se este passará a ser o único espaço da Junta de Freguesia e se as instalações de São Salvador se manterão em funcionamento. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu que essas questões seriam abordadas no ponto seguinte da ordem de trabalhos, destinado às informações da Senhora Presidente da Junta. Não se registando outras intervenções no



Período Antes da Ordem do Dia, passou-se de imediato ao **Ponto Dois** da **Ordem do Dia**, dando-se início à apreciação e votação dos assuntos constantes da convocatória. -----

Ponto Dois - Apreciação da informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e apresentação do relatório financeiro.

Após a leitura do ponto dois, o Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Rui Camões, que solicitou alguns esclarecimentos sobre os temas anteriormente abordados. Na sua intervenção, o Senhor **Rui Camões** questionou o executivo sobre a situação apresentada na última Assembleia pelo Senhor António, morador de Santarinho, pretendendo saber se, entretanto, tinha ocorrido alguma alteração ou se tinha sido tomada alguma medida para resolver a situação. Abordou também a questão da prevenção dos incêndios, referindo ter conhecimento de que a Unidade Local de Proteção Civil não dispõe de verbas nem de autonomia suficientes para assegurar determinadas funções. Nesse sentido, questionou o executivo sobre as medidas que já foram desenvolvidas ao nível da prevenção no terreno. Considerou igualmente importante a sensibilização e educação dos jovens para a prevenção dos incêndios, nomeadamente através da transmissão de informação nas escolas, mas salientou que gostaria de saber quais as ações concretas que têm sido realizadas no terreno. -----

A Senhora **Presidente da Junta** tomou a palavra para responder às questões colocadas, começando por referir que, tendo decorrido apenas dois meses desde a última Assembleia, não seria expectável que existissem alterações significativas nas informações anteriormente prestadas. -----

Relativamente às instalações da Junta de Freguesia, esclareceu que existem duas sedes, localizadas em São Salvador e Repeses e que nunca foi equacionado o encerramento da Sede de São Salvador. Referiu que apenas foi ponderada a mudança das instalações da Sede de Repeses para a Casa Holandesa, por esta permitir melhorar as condições das instalações e proporcionar um espaço com maior dignidade para o funcionamento da Junta de Freguesia. Sobre esta questão, explicou que, ao longo dos últimos quatro anos,



o executivo solicitou ao Município que o imóvel em causa, que se encontra abandonado há várias décadas e localizado no território da freguesia, pudesse ser cedido à Junta de Freguesia através de contrato de comodato. Esta pretensão deve-se também ao facto de as atuais instalações da Sede de Repeses não reunirem as condições consideradas adequadas. Referiu que, durante esse período, foram apresentadas várias dificuldades à concretização da cedência do imóvel. Apesar de terem existido candidaturas ao PRR destinadas à reabilitação de edifícios das Juntas de Freguesia, não foi possível recorrer a esses fundos para este imóvel. Apenas no atual mandato foi possível apurar que a principal condicionante estava relacionada com a existência de penhoras sobre o imóvel. Informou, por fim, que o processo se encontra atualmente a aguardar uma decisão judicial. Caso esta seja favorável, será possível avançar para a disponibilização do imóvel à Junta de Freguesia, permitindo criar uma sede com melhores condições, incluindo uma sala adequada para a realização das Assembleias de Freguesia, o que considerou ser motivo de satisfação para todos. -----

Relativamente à Unidade Local de Proteção Civil, a Senhora Presidente da Junta salientou que o trabalho de prevenção não se inicia apenas durante a época de maior perigo, sendo desenvolvido previamente. Referiu que os caminhos e zonas considerados de maior risco já foram identificados pela Proteção Civil Municipal e intervencionados no âmbito da rede prevista no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Acrescentou que, durante a época de maior risco, o trabalho passa sobretudo pela vigilância, tendo recordado o desafio lançado na assembleia anterior para que os membros da assembleia e a população se juntassem à Unidade Local de Proteção Civil como voluntários, manifestando o executivo a expectativa de que mais pessoas possam vir a colaborar. Informou ainda que, de acordo com um estudo existente, a maioria dos incêndios está relacionada com queimas, pelo que tem sido reforçada a sensibilização da população para os cuidados a ter na realização das mesmas. Referiu que, apesar de não terem existido, até ao momento, grandes situações de preocupação, a freguesia não está imune à ocorrência de incêndios. Salientou



que as alterações climáticas, nomeadamente a ocorrência de trovoadas secas, poderão contribuir para o surgimento de novos focos de incêndio. Por fim, informou que a vigilância se encontra a ser assegurada, mantendo-se o executivo atento à situação. -----

Relativamente ao assunto apresentado pelo Senhor António na última assembleia, a Senhora Presidente da Junta informou que foi enviado aos membros da Assembleia um documento sobre a matéria. Referiu ainda que, após terem sido ouvidas algumas pessoas da localidade de Santarinho e por uma questão de transparência, responsabilidade política e institucional, o executivo decidiu trazer o assunto à assembleia, para que os seus membros pudessem pronunciar-se sobre o mesmo. Salientou, por fim, que todos os assuntos e preocupações apresentados pelos fregueses são analisados pelo executivo com a maior atenção. -----

Posteriormente, o Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra à Senhora **Catarina Alexandre**, que, na sua intervenção, transmitiu as preocupações de alguns fregueses relativamente à inexistência de água na fonte de Santarinho, questionando sobre a possibilidade de resolução desta situação e salientando a importância de a população continuar a ter acesso à água da fonte. Referiu ainda outra situação que considera merecedora de atenção, localizada junto ao cruzamento de Santarinho, na Estrada Nacional, onde existe um terreno com um canal de grandes dimensões. Alertou para o risco de incêndio associado à existência desta vegetação, bem como para a redução da visibilidade dos condutores que circulam naquela via, solicitando que a situação seja avaliada e, se possível, solucionada. -----

De seguida, o Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra à Senhora Presidente da Junta, para prestar os esclarecimentos considerados necessários. A Senhora **Presidente da Junta** começou por prestar esclarecimentos relativamente à situação do canal, informando que o executivo procede à limpeza da Estrada Nacional três vezes por ano, sendo a próxima intervenção realizada em breve, em simultâneo com a limpeza da zona de Orgens. Referiu que as canas apresentam um crescimento muito rápido, o que faz com que o



problema volte a surgir num curto espaço de tempo. Informou ainda que, até ao momento, não foi possível identificar o proprietário do terreno, embora a limpeza do talude seja da responsabilidade da Junta de Freguesia. Acrescentou que, pontualmente, os funcionários da Junta têm de se deslocar ao local para proceder ao corte das canas, de forma a garantir a adequada visibilidade e segurança da via. Concluiu referindo que a situação será intervencionada com brevidade, embora a solução seja temporária, devido ao rápido crescimento da vegetação, prevendo-se que o problema possa ser definitivamente resolvido aquando da urbanização do terreno. -----

Em resposta à questão colocada sobre a falta de água na fonte de Santarinho, a Senhora Presidente da Junta contextualizou a situação, informando que, há cerca de dois anos, a fonte ficou sem água. Esclareceu que a competência para a conservação dos fontanários se encontra delegada pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) às Juntas de Freguesia. Na altura, foram realizadas diligências para identificar a origem do problema e foi também questionada a possibilidade de intervenção por parte dos SMAS. Contudo, o orçamento apresentado para a resolução da situação era de valor elevado e a resposta obtida não foi favorável. Perante esta situação, e na sequência da indicação do Senhor Alexandre, que referiu conhecer uma possível solução, a Junta contratou a empresa por este indicada, tendo sido despendidos cerca de 9.600 euros na intervenção. A solução consistiu na colocação de um tubo contínuo desde o óculo da mina, junto à ecopista, até à parede do muro, tendo-se verificado, aparentemente, a reposição do abastecimento de água. ----

A Senhora Presidente referiu, contudo, que o problema poderá ter origem numa zona mais elevada da mina. Atualmente, a fonte encontra-se novamente sem água, presumindo-se que, na sequência das chuvas, tenha ocorrido um deslizamento de terras que terá obstruído o tubo junto ao óculo da mina. Após contacto com o construtor, foi realizada uma intervenção que consistiu na remoção das terras envolventes e na colocação de uma pedra, de forma a permitir a passagem da água para o tubo. -----

Informou ainda que a Junta assumiu inicialmente o custo desta intervenção, com



a expectativa de ser posteriormente ressarcida pelos SMAS. Contudo, até à data, não foi recebido qualquer valor, nem obtida resposta ao ofício enviado para o efeito. O assunto já foi igualmente apresentado à Senhora Engenheira Isabel e será agora abordado com o novo Diretor dos SMAS, na tentativa de encontrar uma solução. A Senhora Presidente salientou que a Junta não considera o assunto encerrado, embora tenha manifestado alguma preocupação relativamente ao elevado investimento necessário para repor o abastecimento da fonte, estimado em cerca de 20.000 euros. Considerou que este montante poderá ser excessivo face à utilização que atualmente é dada ao fontanário, nomeadamente para a lavagem de tapetes, ressaltando, contudo, que esta é apenas a sua opinião e que qualquer decisão deverá ter em consideração a posição dos membros da Assembleia e da população de Santarinho. -----

A Senhora **Catarina Alexandre** informou que não utiliza a fonte e sugeriu que poderiam ser ponderadas outras soluções para aquele espaço. A Senhora **Presidente da Junta** concordou, considerando que poderá ser mais vantajoso aplicar o referido investimento noutra intervenção de maior benefício para a população, sem desvalorizar a importância da recuperação da fonte. A Senhora **Catarina Alexandre** sugeriu, nomeadamente, a possibilidade de criação de uma churrasqueira comunitária, considerando que esta solução poderia ser bem recebida pela população. A Senhora **Presidente da Junta** concluiu que a decisão deverá ser ponderada e tomada em conjunto com a população, sugerindo, para o efeito, a realização de uma assembleia aberta em Santarinho, com a presença dos moradores, onde a situação possa ser explicada detalhadamente e discutidas as possíveis soluções. Sublinhou ainda a importância de uma análise responsável sobre a forma como os recursos financeiros da Junta deverão ser aplicados, procurando assegurar o maior benefício possível para a população. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** lembrou que as informações haviam sido enviadas atempadamente e questionou a Senhora Presidente da Junta sobre a necessidade de acrescentar algum esclarecimento. -----

A Senhora **Presidente da Junta**, considerando que estavam presentes



fregueses que não tinham recebido as informações, decidiu fazer um breve resumo das mesmas. No entanto, ao iniciar a leitura, verificou que, por lapso, tinham sido enviadas as informações referentes à assembleia anterior. Pediu desculpa pelo sucedido e informou que poderia chegar as informações corretas posteriormente. -----

Perante o sucedido, o Senhor **José Pinho** considerou importante que fossem apresentadas as informações relativas às atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia nos últimos dois meses, de forma a dar conhecimento do trabalho realizado. A Senhora **Presidente da Junta** concordou e procedeu à leitura das informações atualizadas, tendo os membros da assembleia considerado que o mais importante seria dar conhecimento das mesmas durante a sessão. Durante a leitura das informações, a Senhora Presidente da Junta referiu que o presente ano será importante para recuperar o tempo perdido relativamente à concretização de obras de investimento consideradas necessárias para o território da freguesia, contando, para o efeito, com o apoio da Câmara Municipal. Salientou, igualmente, a intenção do Executivo de continuar a desenvolver outras áreas de intervenção, nomeadamente a Cultura, o apoio às associações, o Desporto, a Ação Social e a Proteção Civil. Relativamente à manutenção dos espaços verdes e à higiene urbana, a Senhora Presidente referiu que, nos últimos anos, o Município foi informado de que os valores transferidos ao abrigo das delegações de competências eram insuficientes para fazer face às necessidades da freguesia. Acrescentou que, no último mandato, o aumento das verbas transferidas foi de apenas 5%, valor inferior à inflação acumulada ao longo dos anos. Referiu ainda que, durante esse período, a Junta de Freguesia não recebeu informação clara e adequada relativamente à extensão, em metros, dos passeios e dos espaços verdes abrangidos pelas referidas delegações de competências. Apesar destas dificuldades, a Junta nunca deixou de assegurar a realização destes trabalhos, tendo, inclusivamente, sido necessário recorrer a verbas próprias, com impacto no orçamento da junta. -----

A Senhora Presidente informou também que, na reunião descentralizada das Juntas de Freguesia, realizada no dia 15 de junho, este assunto foi apresentado



pelo atual executivo, tendo sido recebidas com agrado as informações transmitidas, nomeadamente a revisão dos autos e a previsão de um aumento mais justo das verbas a transferir para as Juntas de Freguesia. -----

Relativamente às atividades mais relevantes desenvolvidas pelo Executivo, a Senhora Presidente destacou a realização da Caminhada Solidária Contra o Cancro, da 21.ª edição das Caminhadas das Quintas e das comemorações do Dia da Criança. -----

No que respeita às obras de investimento, informou que vários projetos se encontram em diferentes fases de concretização, destacando os seguintes:

Repavimentação da Rua dos Trambelos: a obra encontra-se em fase de concretização. **Repavimentação da Rua Principal de Paradinha:** o relatório final encontra-se concluído, estando prevista a assinatura do contrato com a

empresa vencedora do concurso. **Alargamento da Rua da Ramalhosa:** devido a um problema detetado nos cadernos de encargos enviados pela engenheira responsável pelo projeto, foi necessário cancelar o procedimento concursal.

Será lançado brevemente um novo concurso, com os cadernos de encargos devidamente corrigidos. **Pavimentação e escoamento das águas pluviais na**

Quinta da Serra: o projeto encontra-se concluído e já foram iniciadas as negociações para as cedências necessárias. A obra avançará com o alinhamento apenas de um dos lados da rua, uma vez que não foi possível chegar a acordo com um dos proprietários. **Saneamento na Rua Maria**

Fernanda Roboredo, em São Salvador: o projeto encontra-se concluído e foi já iniciado o processo de servidão administrativa. **Requalificação da calçada**

da Rua Carlos Lopes: aguarda-se a próxima reunião do Conselho de Administração dos SMAS, uma vez que a intervenção incluirá também a melhoria do escoamento das águas pluviais. **Pavimentação das cedências da Avenida**

de São Salvador: mantém-se o ponto de situação já apresentado na última Assembleia. **Urbanização Vila Beira:** o projeto de requalificação do pavimento

e de redimensionamento dos lugares de estacionamento será iniciado brevemente. **Cemitério de São Salvador:** relativamente à falta de espaço e à necessidade de construção de um novo equipamento, a Senhora Presidente



informou que já deu entrada no Município um PSU (Pedido de Informação Simples), com o objetivo de avaliar a viabilidade da construção no terreno propriedade da Paróquia. Aguarda-se, neste momento, a respetiva resposta, para que o Executivo possa decidir se avança com a elaboração do projeto ou se deverá procurar outras soluções. -----

A Senhora Presidente referiu ainda que a Junta de Freguesia se encontra sempre disponível para abraçar novos desafios. Nesse sentido, destacou a participação na **Rota V25**, uma iniciativa que poderá contribuir para dar maior visibilidade ao território da freguesia. O roteiro já se encontra elaborado, estando identificados os vários pontos de interesse. Agradeceu também o contributo do membro da Assembleia, Senhor Gonçalo Matos. A inauguração da Rota V25 está prevista para o dia 18 de julho, tendo, por esse motivo, dirigido o convite a todos os membros da Assembleia. Relativamente ao **Balcão SNS 24**, informou que todos os elementos afetos ao projeto já realizaram a formação necessária, quer sobre o programa, quer sobre a plataforma. O início do serviço está previsto para o mês de julho. Considerou que este será um serviço de proximidade, particularmente importante para a população mais idosa, uma vez que permitirá apoiar na marcação de consultas e na renovação de receituário de medicação. Informou também que, pela primeira vez, a Junta de Freguesia irá participar na **Feira de São Mateus**, tendo sido disponibilizado um stand, durante uma semana, às freguesias do concelho, com o objetivo de promover e divulgar o território, a cultura e as tradições locais. -----

De seguida, apresentou a informação financeira relativa ao período compreendido entre janeiro e maio de 2026, salientando que os resultados refletem uma gestão responsável e equilibrada. As receitas orçamentais são superiores às despesas, o que permite à Junta dispor de alguma margem financeira para realizar investimentos, como aconteceu, com a intervenção no fontanário de Santarinho. Informou ainda que o saldo disponível em caixa e no cofre é de 711,00 euros, encontrando-se 87.947,57 euros depositados na Caixa Geral de Depósitos. Esclareceu que, deste montante, fazem parte as cauções



relativas a obras, que vão sendo libertadas ao longo dos anos, após a realização dos respetivos autos de vistoria. -----

A Senhora Presidente referiu igualmente que as últimas semanas foram particularmente exigentes para os funcionários da Junta, responsáveis pela limpeza diária das ruas. A realização da visita do Senhor Bispo às paróquias de São Salvador e de Repeses, bem como das festas religiosas e populares nas várias localidades da freguesia, implicou um esforço acrescido na manutenção e limpeza dos espaços públicos. Em consequência, algumas zonas ficaram temporariamente por assegurar, situação que o Executivo assume, justificando-a pela limitação dos recursos humanos disponíveis. Destacou, contudo, o trabalho e o empenho demonstrados pelos funcionários da Junta, reconhecendo o seu esforço e dedicação. Referiu, em particular, que estiveram praticamente durante duas semanas afetos à aldeia de Vildemoinhos, devido às festividades ali realizadas. -----

Para concluir, a Senhora Presidente reafirmou que o executivo continuará a trabalhar com o objetivo de promover o bem-estar da comunidade e responder, dentro das suas possibilidades, às necessidades da freguesia. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** agradeceu à Senhora Presidente da Junta a sua intervenção, assumindo a responsabilidade pela falha no envio das informações corretas e apresentou as suas desculpas. De seguida, questionou os membros da assembleia sobre a existência de dúvidas ou de algum assunto que necessitassem de ver melhor esclarecido. O Senhor **José Pinho** referiu que existiam algumas informações que careciam de uma análise mais aprofundada. O Senhor **Presidente da Assembleia** sugeriu que esses assuntos fossem retomados na próxima sessão, permitindo, assim, aos membros da assembleia tempo para analisar a informação e preparar eventuais questões a colocar ao executivo. O Senhor **José Pinho** concordou com a sugestão, considerando que existem matérias que, pela sua relevância, merecem uma análise e discussão mais aprofundadas, nomeadamente a questão do cemitério de São Salvador. Referiu ainda que algumas situações suscitavam uma reflexão mais cuidada, nomeadamente o investimento de cerca de 20.000 euros para resolver o



problema relacionado com a água, valor que a Senhora Presidente da Junta considerou elevado, embora se trate de uma questão que, no seu entender, deve ser resolvida, por se tratar de um problema que assumirá uma importância cada vez maior no futuro. Por outro lado, questionou a decisão de avançar com uma obra de pavimentação numa rua onde não existe consenso entre os moradores, uma vez que duas pessoas não concordam com o alinhamento proposto. Neste sentido, defendeu serem situações semelhantes e por isso devem ser analisadas de forma coerente. Concluiu, referindo que, por considerar que estes assuntos merecem uma análise mais aprofundada, os mesmos deverão ser retomados na próxima sessão. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu que, relativamente à questão da água, o critério de avaliação não se prende com a importância da água em si, mas com a sua relevância para os moradores de Santarinho. Sublinhou que não se trata da água que abastece as habitações, mas de uma fonte de utilização pontual, cujo uso efetivo não abrange todos os moradores. -----

O Senhor **José Pinho** contrapôs que o problema poderá ter consequências para as habitações situadas nas proximidades da mina, não pela entrada de água através das torneiras, mas pela possibilidade de infiltrações nos terrenos e nas fundações das casas. Considerou, por isso, que a questão deve ser resolvida, não apenas por duas pessoas que deixam de utilizar a fonte para lavar os tapetes, mas por todos os moradores que poderão estar a ser prejudicados pela situação. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** lembrou, contudo, as palavras da Senhora Catarina Alexandre, segundo as quais a utilização efetiva daquela água não é significativa, acrescentando que não tinha conhecimento da possibilidade de existir de infiltrações nas habitações. -----

O Senhor **José Pinho** referiu que já existe capacidade técnica, nomeadamente através da Senhora Engenheira Isabel, para avaliar a situação e determinar o que está efetivamente a acontecer. Considerou, por isso, que o assunto não deve ser descurado e que deverá ser encontrada uma solução definitiva, seja



pela manutenção da água à superfície, seja pelo seu encaminhamento para uma linha de água. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** referiu que esta questão tem sido abordada nas anteriores assembleias, tendo sempre assumido particular importância. Recordou, a este propósito, o contributo do Senhor Alexandre, que, por conhecer bem a zona de Santarinho, procurava apresentar sugestões e soluções para o problema da água da fonte. Contudo, salientou que já foram investidos cerca de 10.000 euros na resolução desta situação, sem que o problema tenha ficado solucionado. -----

O Senhor **José Pinho** considerou que, se já foi realizado um investimento significativo sem que o problema tenha sido resolvido, tal poderá indicar que a situação é mais complexa do que inicialmente se perspectivava, devendo, por isso, ser encarada como um problema que necessita de uma solução adequada.

O Senhor **Presidente da Assembleia** concordou que todos reconhecem a existência de um problema, salientando, contudo, que a principal dificuldade reside em encontrar a solução mais adequada, uma vez que, até ao momento, ainda não foi possível chegar a uma solução consensual e definitiva. -----

O Senhor **José Pinho** pediu novamente o uso da palavra para se pronunciar sobre o apelo da Senhora Presidente da Junta aos membros da assembleia para que se disponibilizassem como voluntários da Unidade Local de Proteção Civil. Referiu que o excesso de voluntarismo poderá, em determinadas circunstâncias, conduzir à tomada de decisões ou à realização de intervenções que, apesar de terem como objetivo prestar um bom serviço à população, poderão não ser tecnicamente adequadas ou até revelar-se contraproducentes. Afirmou ainda que a situação ocorrida em Santarinho poderá vir a repetir-se em São Salvador, caso não sejam devidamente avaliadas as intervenções a realizar. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** acrescentou que é precisamente para esse efeito que existem os técnicos, a quem compete apreciar as situações e decidir sobre as intervenções tecnicamente adequadas. -----

O Senhor **José Pinho** concordou, reforçando que o excesso de voluntarismo poderá conduzir a situações desta natureza. Em contraponto, o Senhor



Presidente da Assembleia considerou que, no âmbito da Unidade Local de Proteção Civil, o voluntariado nunca será excessivo. -----

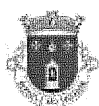
O Senhor **José Pinho** salientou, por sua vez, que existem entidades com competências específicas para avaliar e intervir nestas matérias, considerando que os membros da assembleia não possuem essas competências nem deverão, por exemplo, deslocar-se às zonas de maior perigo de incêndio durante a madrugada. O Senhor **Presidente da Assembleia** referiu que essas entidades são, precisamente, as Unidades Locais de Proteção Civil. -----

A Senhora **Presidente da Junta** esclareceu que a Unidade Local de Proteção Civil está devidamente constituída, nos termos da lei, e é reconhecida pelas entidades competentes, sendo a vigilância uma das suas atribuições. -----

O Senhor **José Pinho** considerou, ainda, importante manter o louvor aos funcionários da Junta de Freguesia, reconhecendo o trabalho intenso desenvolvido nas últimas semanas. Contudo, salientou que todos os fregueses devem merecer o mesmo respeito e atenção, independentemente da zona onde residem, referindo que a preocupação com estas situações deve ser permanente e não apenas pontual ou associada a determinados acontecimentos, como no caso das festas religiosas ou populares. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** referiu que todos estavam de acordo com essa preocupação e manifestou a convicção de que a mesma é tida em consideração pelo executivo. -----

A Senhora **Presidente da Junta** pediu novamente a palavra para esclarecer a situação da Quinta da Serra, referindo que a questão não se resume à pavimentação da rua. Segundo explicou, existe naquele local um problema grave e antigo, relacionado sobretudo com o escoamento das águas, que afeta habitações e algumas delas com cerca de trinta anos. Durante os períodos de chuva, pelo menos três habitações ficam sujeitas a inundações. Esclareceu que a pavimentação da rua está prevista, mas que, previamente, será necessário resolver o problema do escoamento das águas, procedendo-se posteriormente à pavimentação com alcatrão. Salientou, ainda, que se trata de uma das poucas zonas da freguesia que ainda não se encontra pavimentada



Recordou também que, em 2022, foram realizados trabalhos naquela rua, nomeadamente a colocação de Tout-venant, uma vez que os serviços dos CTT não efetuavam a entrega de correspondência no local, situação que prejudicava os moradores. Relativamente à situação da água nas habitações, a Senhora Presidente da Junta esclareceu que a informação apresentada não corresponde inteiramente à realidade, uma vez que o executivo já acompanhou diversas vezes o problema no local, inclusive com a presença de técnicos. Explicou que a acumulação de água na poça da casa de um dos moradores, localizada junto ao muro de sustentação do Largo de Santarinho, é uma situação que ocorre há vários anos. Na outra habitação, situada mais abaixo, esclareceu que o problema não estará relacionado com a água da fonte, podendo eventualmente estar associado a uma rotura numa conduta de saneamento, uma vez que a água que surge no interior da habitação não corresponde à água proveniente da fonte. A Senhora Presidente reforçou que estas situações são do conhecimento do executivo, encontrando-se os problemas devidamente identificados e a ser acompanhados. Sublinhou, por fim, que conhece os problemas existentes na freguesia e que o executivo procura dar resposta às diferentes situações, dentro das suas possibilidades e dos recursos disponíveis. -----

O Senhor **José Pinho** interveio para salientar que a Senhora Presidente da Junta reconhece a existência de um problema em Santarinho. A Senhora **Presidente da Junta** esclareceu, contudo, que esse problema não está relacionado com a água da fonte, não sendo esta a responsável pela infiltração nas fundações das habitações. Referiu que a situação está identificada e que o executivo, em conjunto com os técnicos, está a procurar encontrar uma solução. Relativamente ao voluntariado na área da proteção civil, a Senhora Presidente informou que todos os voluntários possuem formação ministrada pelo Senhor Comandante da Proteção Civil Municipal. Acrescentou que, sempre que os voluntários se deslocam para o terreno, a Proteção Civil é previamente informada sobre a sua localização e as ações que estão a realizar. -----

Salientou ainda que, nos vários fóruns de Proteção Civil, a freguesia de Repeses e São Salvador é frequentemente apresentada como exemplo de uma população



empenhada e solidária, constituindo motivo de orgulho. Referiu que o executivo tem a obrigação de proteger a população e de intervir sempre que necessário, dentro das suas possibilidades. -----

Nesse sentido, explicou que, embora não esteja formalmente previsto nas competências do executivo, quando ocorrem situações de emergência, como chuvas intensas durante a noite e é necessária a desobstrução de um sumidouro para evitar a entrada de água nas habitações, os membros do executivo procuram intervir quando os meios disponíveis não são suficientes. Da mesma forma, perante situações como a queda de árvores que obstruem uma via, o executivo procura atuar, mesmo não tendo competências específicas para operar equipamentos como motosserras, sobretudo quando os meios de socorro não podem chegar de imediato ao local. -----

Concluiu referindo que é também para responder a estas situações que os membros do executivo foram eleitos, procurando estar próximos da população e dar resposta aos problemas que surgem na freguesia. -----

O Senhor **José Pinho** esclareceu que a sua intervenção não pretendia menosprezar o trabalho desenvolvido pela Unidade Local de Proteção Civil, considerando, contudo, que existem diferentes formas de contribuir para alcançar o mesmo objetivo.

O Senhor **Presidente da Assembleia** concluiu referindo que o trabalho dos técnicos e o voluntariado podem complementar-se, contribuindo ambos para uma resposta mais eficaz às necessidades da população. -----

O Senhor **José Pinho** considerou interessante a possibilidade de implementação do programa «Aldeia Segura, Pessoas Seguras». A Senhora **Presidente da Junta** esclareceu que a implementação deste programa está sujeita ao cumprimento de determinados critérios. Referiu que a Freguesia de Repeses e São Salvador apresenta características predominantemente urbanas, pelo que é necessário verificar se reúne as condições exigidas para a aplicação deste tipo de projetos. -----

O Senhor **José Pinho** questionou ainda se seria possível construir a Casa Holandesa para ser utilizada como sede da Junta. A Senhora **Presidente da**



Junta esclareceu que não se trata de uma construção, mas sim de uma requalificação do edifício. Contudo, perante a dúvida levantada, informou que iria solicitar aos serviços competentes a confirmação da possibilidade de realização da intervenção. Acrescentou que tem na sua posse um parecer jurídico elaborado pelos Serviços Municipalizados, onde consta que o edifício, por resultar da cedência de um loteamento, poderá ser utilizado por uma Junta de Freguesia. O Senhor **José Pinho** referiu que aguardaria por essa informação por escrito. A Senhora **Presidente da Junta** informou que iria solicitar ao Município uma cópia do referido parecer. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrado o ponto dois da ordem de trabalhos, iniciando de seguida a leitura do ponto três. -----

Ponto Três – Discussão e votação do Regulamento de Taxas. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que a proposta de alteração ao Regulamento de Taxas havia sido previamente remetida aos membros da Assembleia, convidando a Senhora Presidente da Junta a prestar os esclarecimentos que entendesse por convenientes. A Senhora **Presidente da Junta** explicou que a revisão do regulamento se justificou pela necessidade de atualizar alguns critérios e rever as taxas dos cemitérios, atendendo ao aumento dos custos de manutenção, da remuneração dos funcionários e ao elevado investimento previsto para a construção do novo cemitério, estimado em valor não inferior a 400 mil euros. Informou ainda que foram incluídas as taxas relativas aos ossários e aos columbários, até então inexistentes, considerando que estes últimos poderão constituir uma solução para a falta de espaço no Cemitério de São Salvador. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao Senhor **José Pinho**, que alertou para o facto de o regulamento fazer referência a diplomas legais revogados desde 2019, considerando necessária a respetiva atualização. Em resposta, a Senhora **Presidente da Junta** esclareceu que essa correção poderá ser efetuada após a publicação do regulamento em Diário da República, uma vez que o documento já cumpriu o período de discussão pública de 30 dias



Concluída a apreciação deste assunto, o **Ponto Três** foi submetido a votação, tendo sido **aprovado** por **maioria**, com **sete** votos a **favor**, **cinco** votos **contra** e **zero** **abstenções**. -----

Ponto Quatro – Apresentação do Plano de Atividades da Comissão Social de Freguesia. -----

Após a leitura do ponto quatro, o Senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra à Senhora **Presidente da Junta**, que esclareceu que o referido ponto foi submetido à apreciação da Assembleia na sequência do interesse manifestado pela Senhora Diana Lopes relativamente à Comissão Social de Freguesia. Referiu ainda que se trata de um plano de atividades previsional, suscetível de sofrer alterações, tendo o mesmo sido previamente facultado aos membros da Assembleia. -----

Ponto Cinco – Colocação de placa de doação do nicho religioso em Santarinho. -----

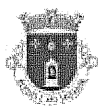
Para esclarecimento deste ponto, o Senhor **Presidente da Assembleia** passou a palavra à Senhora **Presidente da Junta**. A Senhora Presidente explicou que a proposta decorre de um pedido apresentado por um particular, residente na povoação de Santarinho, para a colocação de uma placa de identificação no nicho religioso existente no Largo da Cruz. Referiu que, na sequência desse pedido, a Junta de Freguesia procurou apurar a origem do nicho, tendo recolhido o testemunho do seu autor, o Senhor António Costa, e de alguns moradores da localidade. Segundo os testemunhos recolhidos, o nicho foi construído e oferecido à população há cerca de trinta e quatro anos, em cumprimento de uma promessa à Nossa Senhora de Fátima, como forma de agradecimento. A sua instalação no local terá sido autorizada pelo então Presidente da Junta de Freguesia, Senhor Álvaro Peres Pereira, embora não existam registos documentais ou fotográficos que o comprovem. Atendendo ao valor patrimonial, histórico e sentimental que o nicho representa para a comunidade, o Executivo considera que a colocação da placa permitirá preservar a sua memória e origem, reconhecendo igualmente o gesto de generosidade e devoção que esteve na base da sua construção. Não havendo pedidos de esclarecimento adicionais, o



Senhor **Presidente da Assembleia** colocou o **ponto cinco** à votação, tendo o mesmo sido **aprovado** por **unanimidade**, com **doze** votos a **favor**, **zero** votos **contra** e **zero** **abstenções**. -----

Concluída a apreciação dos pontos constantes da ordem de trabalhos, o Senhor **Presidente da Assembleia** prosseguiu a sessão, passando a palavra à Senhora **Presidente da Junta** para apresentação de um voto de louvor e de um voto de pesar. Antes da leitura dos votos, a Senhora Presidente fez uma breve intervenção, recordando que, desde junho de 2022, a Assembleia Municipal tem aprovado um voto de louvor às Cavalhadas de Vildemoinhos, tendo igualmente sido solicitado ao Município que promovesse a inscrição desta tradição no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, de forma a preservar a sua memória e valor histórico. Referiu que esse pedido nunca foi acolhido. Acrescentou que, no ano anterior, o Executivo recebeu com satisfação a notícia da inscrição da Dança da Morgadinha naquele inventário, reconhecendo o mérito dessa distinção, mas lamentando que a candidatura das Cavalhadas de Vildemoinhos não tivesse merecido igual consideração. Informou, por fim, que a Senhora Presidente das Cavalhadas anunciou que a candidatura desta tradição já foi submetida, encontrando-se atualmente a aguardar decisão, manifestando o Executivo a convicção de que será aprovada, atendendo ao relevante património histórico e documental que a sustenta. -----

A Senhora Presidente da Junta apresentou o Voto de Louvor à Associação das Atividades Tradicionais das Cavalhadas de Vildemoinhos, por ocasião dos 374 anos desta tradição, considerada uma das mais antigas e emblemáticas do concelho de Viseu. Na apresentação do voto, recordou a origem das Cavalhadas, associada à promessa feita pelos moleiros de Vildemoinhos, que se comprometeram a realizar, anualmente, no dia de São João, um cortejo até à Capela de São João da Carreira, onde os mordomos dão três voltas à capela em cumprimento dessa promessa, perpetuada, como refere a tradição, «enquanto o mundo for mundo». Destacou ainda que as Cavalhadas constituem um dos eventos mais marcantes da região, reunindo centenas de pessoas nas ruas de Viseu para assistir ao cortejo, que integra Tricanas, Zés Pereiras, Bandas



Filarmónicas, cavaleiros, grupos de cantares e carros alegóricos, refletindo o elevado valor histórico, cultural e identitário desta tradição. -----

Concluída a apresentação, o Senhor **Presidente da Assembleia** submeteu o **Voto de Louvor** à **votação**, tendo o mesmo sido **aprovado** por **unanimidade**, com **doze** votos a **favor**, **zero** votos **contra** e **zero abstenções**. -----

O **Voto de Pesar** pelo falecimento do Senhor Coronel de Infantaria António Lopes Figueiredo, ocorrido no dia 16 de junho de 2026, foi igualmente apresentado na Assembleia Municipal. Embora não fosse natural desta Freguesia, o Senhor Coronel António Lopes Figueiredo viveu durante muitos anos na Freguesia de Repeses e São Salvador, juntamente com a sua família, mantendo uma ligação próxima à Freguesia e ao Concelho. Natural de Lobão da Beira e formado pela Academia Militar, dedicou várias décadas ao serviço de Portugal, no Exército, nas então Províncias Ultramarinas e no Ministério da Administração Interna. Cumpriu quatro missões de guerra em Moçambique, na Guiné e em Angola e exerceu o cargo de Comandante do Regimento de Infantaria n.º 14, entre 1981 e 1985. Da sua folha de serviço constam vinte e um louvores e diversas distinções, entre as quais a Ordem Militar de Avis, no grau de Comendador. Foi uma figura de referência, reconhecida com respeito e admiração por todos os que tiveram o privilégio de o conhecer. Destacava-se pela sua simplicidade desarmante, avesso ao protagonismo e indiferente ao reconhecimento que a sua notável carreira justificaria. Viveu com a serenidade de quem tinha a consciência tranquila, por ter servido Portugal com dedicação, dignidade e honra. A Senhora **Presidente da Junta** referiu ter tido a honra de privar com o Senhor Coronel António Lopes Figueiredo, guardando na memória a convicção de que, quanto mais o conhecia, mais o admirava, não apenas pela grandeza do seu percurso, mas sobretudo pela humildade e leveza com que o viveu. Sublinhou que “deu muito a este País e tão pouco quis em troca”. Mais referiu que o Senhor Coronel António Lopes Figueiredo foi também parte da história da Freguesia e do Concelho, deixando uma marca de respeito, dignidade e humanidade, sendo, por isso, com sentida saudade que lhe é prestada esta homenagem. Solicitou ainda que fosse dado conhecimento do presente Voto de



Pesar à família do Senhor Coronel António Lopes Figueiredo, como expressão do reconhecimento e da profunda consideração da Freguesia. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** colocou o **Voto de Pesar** à votação, tendo o mesmo sido **aprovado** por **unanimidade**, com **doze** votos a **favor**, **zero** votos **contra** e **zero** **abstenções**. -----

O Senhor Presidente da Assembleia procedeu à leitura da **minuta da ata** referente à presente sessão, a qual foi submetida à votação. A Assembleia deliberou **aprovar** a referida minuta por **unanimidade**, com **doze** votos a **favor**, **zero** votos **contra** e **zero** **abstenções**. -----

De seguida, deu continuidade aos trabalhos, passando-se ao **período destinado à intervenção do público**. -----

O primeiro freguês a usar da palavra foi o Senhor **José Peixoto**, residente na Quinta da Serra há mais de vinte anos, que alertou para o estado da via de acesso à sua residência, que permanece sem pavimentação, apresentando atualmente poeira, buracos e lama. Referiu ter conhecimento de que a situação será resolvida, questionando, contudo, se existe um prazo previsto para a realização da intervenção. A Senhora **Presidente da Junta** informou que, embora não possa indicar, nesta fase, um prazo concreto, o projeto já se encontra elaborado. Referiu que será elaborado o respetivo orçamento e solicitado apoio financeiro ao Município, para posterior aprovação do contrato-programa em reunião de Câmara, seguindo-se o lançamento do concurso e o cumprimento dos prazos legalmente previstos. Reafirmou o compromisso do executivo em garantir melhores condições e dignidade aos moradores da Quinta da Serra, manifestando a expectativa de que a intervenção possa estar concluída antes do próximo período de chuvas. Sublinhou, ainda, que serão desenvolvidos todos os esforços para concretizar esta intervenção. -----

Posteriormente, foi dada a palavra à Senhora **Mina Pais**, que salientou o seguinte, quando é identificado um erro ou uma situação que não está a ser devidamente executada, não basta apontá-lo. Segundo a mesma, é necessário que todos contribuam para encontrar soluções em benefício da freguesia. Referiu ter ouvido, ao longo desta sessão, várias críticas à atuação da Unidade



Local de Proteção Civil no terreno e considerou que este seria o momento adequado para apresentar ideias e propostas que permitam melhorar a prevenção e a vigilância de incêndios. Sublinhou que, se as medidas de prevenção e vigilância adotadas não forem suficientes, será necessário avaliar o que poderá ser feito de forma diferente, reforçando que, para além de identificar erros, é importante apresentar soluções. Perante esta intervenção, a Senhora **Presidente da Junta** referiu que, no âmbito da prevenção e da vigilância, nem sempre é possível atuar de forma diferente, uma vez que existem circunstâncias imprevisíveis, nomeadamente as condições meteorológicas. Acrescentou que, durante as ações de vigilância realizadas anteriormente, foram identificadas pessoas em locais onde a circulação estava proibida, tendo essa intervenção contribuído para prevenir eventuais incidentes. A Senhora **Mina Pais** esclareceu que a sua intervenção não pretendia criticar a atuação da Unidade Local de Proteção Civil, mas antes incentivar aqueles que apontam eventuais falhas a apresentar propostas concretas sobre o que poderá ser feito de forma diferente. A Senhora **Presidente da Junta** afirmou estar recetiva à colaboração e às sugestões de todos, salientando que estas contribuem para o bem da freguesia. Referiu ainda que, sempre que o executivo não dispõe de resposta para determinada situação, procura apoio junto das entidades competentes. Relatou, a título de exemplo, o primeiro incêndio ocorrido em setembro de 2022, reconhecendo que, por inexperiência, foi então cometido um erro ao ser divulgado um alerta através das redes sociais, procedimento que posteriormente se verificou não ser adequado. Na sequência desse episódio, o executivo foi alertado pela Proteção Civil e recebeu formação sobre os procedimentos corretos de comunicação. Referiu ainda e julgando estar correta, que no concelho de Leiria, das 18 freguesias, 14 dispõem de Unidade Local de Proteção Civil. Contudo essa estrutura não conseguiu evitar a tragédia ocorrida naquele território. Sublinhou que o objetivo da Unidade Local de Proteção Civil é acompanhar o território ao longo de todo o ano, identificar situações de risco e atuar preventivamente. Deu como exemplo a existência, em Santarinho, de um terreno com elevada quantidade de vegetação, situação que já foi identificada



por diversas vezes e relativamente à qual o proprietário já foi notificado, optando, contudo, por pagar as coimas em vez de proceder à limpeza do terreno. Referiu também a existência, em Paradinha, de outra situação semelhante, numa quinta com elevada quantidade de vegetação, cujo proprietário alega não dispor de meios financeiros para proceder à respetiva limpeza. Por fim, esclareceu que a Junta de Freguesia não pode assumir a limpeza de terrenos de propriedade privada, salientando a importância da responsabilidade dos proprietários na manutenção e limpeza dos seus terrenos, como medida essencial de prevenção de incêndios. -----

Posteriormente, o Senhor **José Pinho** pediu o uso da palavra, por ter considerado que a intervenção da Senhora Mina Pais o visava diretamente, sentindo-se atacado. Referiu que as questões levantadas não deveriam ser dirigidas ao Executivo em funções, mas antes à oposição, a quem compete fiscalizar a atuação do Executivo. Manifestou concordância quanto à existência de diferentes formas de alcançar os mesmos objetivos e concordou com as considerações da Senhora Presidente da Junta de que a prevenção não deve ser realizada apenas em períodos de maior risco, devendo a vigilância ser assegurada ao longo do ano pela Unidade Local de Proteção Civil e por outras entidades. Lamentou, contudo, que a oposição tivesse sido questionada, quando esta procura compreender o funcionamento da Junta de Freguesia e exercer a sua função de fiscalização. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** interveio, referindo ter a perceção de que, por vezes, os intervenientes expressam ideias semelhantes utilizando formulações diferentes. Salientou que todos partilham o objetivo de prevenir situações mais graves e que existem diferentes formas, não necessariamente opostas, de o alcançar, nomeadamente através de medidas de natureza técnica e do recurso ao voluntariado. Considerou, por fim, ser salutar a existência de opiniões divergentes, desde que contribuam para a discussão e para a procura de soluções em benefício da freguesia. Após expressar o seu ponto de vista, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor **Carlos Alberto Silva Monteiro**, que começou por alertar para algumas situações que têm ocorrido em



Repeses. Relativamente à Rua de Santa Eulália, referiu que, na sequência de obras realizadas pelos Serviços Municipalizados, foi instalada uma caixa destinada às operadoras de comunicações, junto à qual se encontra um poste de madeira que aparenta estar fragilizado e em risco de queda, podendo causar danos. Considerou esta situação preocupante e lamentável. A Senhora **Presidente da Junta** tomou conhecimento e informou que iria averiguar as condições de segurança do poste, com vista à sua resolução junto das entidades responsáveis. O Senhor **Carlos** alertou ainda para a necessidade de limpeza da referida rua, uma vez que se verifica acumulação de lixo e, em períodos de chuva, ocorre uma significativa acumulação de água, tornando a circulação na via mais difícil. A Senhora **Presidente da Junta** registou a preocupação apresentada e reconheceu que a situação da acumulação da água poderia ter sido solucionada aquando da realização das obras de estacionamento nas traseiras da Churrasqueira, assumindo que se tratou de uma falha. Manifestou o compromisso de diligenciar no sentido de encontrar uma solução para o problema. O Senhor **Carlos** referiu também a existência de um número elevado de gatos na zona onde reside, solicitando que a situação fosse acompanhada. A Senhora **Presidente da Junta** informou ter conhecimento da situação e esclareceu que a formação deste núcleo de animais está relacionada com a alimentação que lhes é regularmente fornecida por alguns residentes. Acrescentou que a situação já foi sinalizada ao Médico Veterinário Municipal, aguardando-se uma solução. -----

Outro dos assuntos abordados pelo **freguês** foi a localização e utilização dos contentores de resíduos junto ao cemitério. Manifestou o seu desagrado pelo facto de os contentores se encontrarem à entrada do cemitério e, frequentemente, estarem cheios, sugerindo que fossem colocados junto à parede do quartel. A Senhora **Presidente da Junta** esclareceu que, nos cemitérios da freguesia, existem habitualmente contentores junto às entradas, uma vez que é necessário assegurar um local para deposição dos resíduos resultantes da limpeza e manutenção das sepulturas. Contudo, reconheceu que a situação poderá merecer uma solução diferente. Lamentou ainda a deposição



de lixo no chão, referindo que a Junta de Freguesia não consegue, por si só, resolver comportamentos de falta de civismo. Neste contexto, deu como exemplo uma situação ocorrida junto a uma clínica, onde foi solicitada a colocação de uma papeleira para utilização das pessoas que aguardam no exterior. Segundo informou, a clínica respondeu que o lixo existente não era produzido pelos seus utentes, pelo que a Junta de Freguesia teria de assegurar a colocação da papeleira. Perante este exemplo, o Senhor **Carlos** manifestou também preocupação relativamente aos sacos de lixo provenientes da clínica que são colocados nos contentores públicos, contribuindo para a sua rápida lotação, acrescentando desconhecer o tipo de resíduos existentes nesses sacos. A Senhora **Presidente da Junta** esclareceu que, tratando-se de uma clínica que não produz, em princípio, quantidade suficiente de resíduos domésticos que justifique a disponibilização de contentores próprios, não existe obrigatoriedade de possuir contentores exclusivos. -----

Antes do encerramento da sessão, foi dada a palavra ao Senhor **Tesoureiro da Junta de Freguesia**, que se pronunciou sobre a Unidade Local de Proteção Civil, lembrando que todos os membros foram eleitos para colaborar nas situações que possam ocorrer na freguesia. Referiu que, cerca de um mês antes, a freguesia foi afetada por uma situação de intempérie que provocou a queda de várias árvores. Nessa ocasião, foram solicitados os Bombeiros Municipais, que, devido ao elevado número de ocorrências registadas nesse dia, não conseguiram dar resposta na freguesia. Perante a situação, foi necessário recorrer a motosserras para cortar árvores e proceder à desobstrução das vias. O Senhor Secretário lamentou não ter visto outros membros eleitos a colaborar no terreno e apelou à participação de todos, salientando que situações desta natureza poderão voltar a acontecer e que os elementos do Executivo são insuficientes para dar resposta a todas as ocorrências. -----

De seguida, o Senhor **Presidente da Assembleia** pediu desculpa pela documentação que não foi enviada corretamente e, numa intervenção final, salientou a importância de todos trabalharem em conjunto, respeitando as diferentes opiniões e formas de pensar. Referiu que todos são bem-vindos à



Assembleia de Freguesia de Repeses e São Salvador

Unidade Local de Proteção Civil e às Assembleias de Freguesia, considerando que existem várias formas de encontrar soluções para os problemas da freguesia e que estas resultam, sobretudo, do diálogo e da troca de ideias, sempre com respeito mútuo. O Senhor Presidente da Assembleia destacou ainda a intervenção da Senhora Catarina relativamente à necessidade de repensar a questão da água da fonte, considerando positiva a apresentação de alternativas para fazer face ao problema. Salientou que é meritório o envolvimento dos moradores na procura de soluções para as dificuldades da sua localidade, considerando que a intervenção da Senhora Catarina Alexandre foi construtiva. Por fim, questionou a possibilidade de realizar uma Assembleia de Freguesia na localidade de Santarinho, com o objetivo de ouvir a população e procurar soluções para os problemas existentes. Referiu ainda que, caso a falta de água venha a provocar prejuízos, será necessário procurar formas de os minimizar. - Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão ordinária, da qual se lavrou a presente ata. Após lida e aprovada, a mesma será assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia, pela Primeira Secretária e pelo Segundo Secretário, sendo posteriormente arquivada nos termos legais. -----

O Presidente:

René Barros

A 1ª Secretária:

Catarina Isabel Pires Córdoba

O 2º Secretário:

[Signature]



Assembleia de Freguesia de Repeses e São Salvador

